



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
GABINETE DO PREFEITO
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA SUBSEÇÃO DE
ITAJAÍ, SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA**

AUTOS: 5006776-95.2014.404.7208

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ, já qualificado, vem nos autos da ação em epígrafe, proposta pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, manifestar-se, relativamente ao pedido liminar, conforme despacho proferido no Evento n. 4, no seguintes termos:

1. SÍNTESE DOS FATOS

Trata-se de ação civil pública, através da qual o Autor pretende, em sede de antecipação de tutela (item 4.1), a proibição, aos demandados, de emitir novas autorizações para utilização, ocupação, intervenção ou qualquer espécie de aproveitamento das margens do Rio Marambaia, com critérios menos restritivos que os previstos na legislação geral de âmbito nacional que regula a matéria, sob pena de multa, sem prejuízo da obrigação de desfazimento das obras promovidas e da devida recuperação ambiental; a determinação de revisão de atos administrativos permissivos de obras que se encontram em estágio inicial e que estejam sendo realizadas na área não edificável das margens do Rio Marambaia e em sua área de preservação permanente, assim definidas na legislação geral de âmbito nacional, para adequação dos projetos a tal legislação e, ainda, a imposição da obrigação de exercer o poder de polícia administrativa, fiscalizando e obstando a utilização, ocupação, intervenção ou qualquer espécie de aproveitamento das margens do Rio Marambaia em desconformidade com a referida legislação, sob pena de multa a ser definida pelo Juízo.

Entretanto, por todas as razões que se passa a expor, o indeferimento do pleito é medida que se impõe.

2. DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS À CONCESSÃO DA MEDIDA ALMEJADA

De antemão, relativamente aos requisitos exigidos para a concessão da medida antecipatória, importa consignar que, em nenhuma linha sequer, foram abordados pelo autor, limitando-se, não obstante as 85 laudas que compõem a inicial, à mera formulação do pedido (item 4.1), desacompanhado, no entanto, da devida fundamentação, o que, por si só, já impõe a sua denegação.

Com efeito, o art. 273 do CPC é categórico ao estabelecer, além da prova inequívoca e verossimilhança das alegações (requisitos concorrentes), *o periculum in mora* (inc. I) ou o abuso de direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu (inc. II) (requisitos alternativos).

A jurisprudência é implacável quanto aos requisitos necessários à concessão da tutela antecipatória. Confira-se:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE PEÇA OBRIGATÓRIA - CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO DA DECISÃO RECORRIDA. OMISSÃO QUE SE IMPÕE RELEVADA, DIANTE DA MANIFESTA TEMPESTIVIDADE DO RECLAMO. PRECEDENTES DO STJ. "A jurisprudência do STJ releva a ausência de peça obrigatória à formação do agravo de instrumento quando se tratar da certidão de intimação de decisão agravada, caso seja possível aferir a tempestividade do recurso por outros meios" (AgRg no Ag 1314771/DF, rel. Min. Otávio Noronha). DIREITO AMBIENTAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. LIMINAR. REQUISITOS AUSENTES. RECURSO DESPROVIDO. Hipótese em que o Ministério Público do Estado de Santa Catarina requer, in limine, a demolição de prédio que teria sido edificado em área de preservação permanente e a imediata paralisação das vendas de suas unidades. Pedido de desfazimento de obra que tem nítida natureza de tutela antecipada, cujos requisitos não foram demonstrados a contento e que, de todo modo, esbarra no princípio da razoabilidade. A uma, porque, bem ou mal, a agravada tinha em seu poder documentos emanados de órgãos públicos que davam conta da possibilidade de construir no local, bem como as necessárias autorizações. A duas, porque o prédio encontra-se concluído, afora o fato de que se encontra em área densamente edificada e povoada, o que evidencia que, se dano ambiental ocorreu, ele há muito se consumou. Pleito pela



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
GABINETE DO PREFEITO
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

paralisação da alienação dos apartamentos igualmente fadado ao insucesso, embora de cunho cautelar e, nesse passo, de mais fácil obtenção, porquanto necessários tão somente o fumus boni juris e o periculum in mora, os quais, contudo, pelas razões já expostas, não ficaram demonstrados.(TJSC, Agravo de Instrumento n. 2011.001833-1, da Capital, rel. Des. Vanderlei Romer, j. 16-08-2011). (Sem grifo no original)

AGRAVO DE INSTRUMENTO - REINTEGRAÇÃO DE POSSE - PROMESSA DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL - ESBULHO POSSESSÓRIO NÃO CONFIGURADO - RESCISÃO DE CONTRATO DE COMPRA E VENDA - TUTELA ANTECIPADA - INDEFERIMENTO - INADIMPLÊNCIA - FUNDAMENTO NA MORA E NO PERICULUM IN MORA - AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DO ART. 273 DO CPC - IRREPARABILIDADE DO DANO NÃO DEMONSTRADA. Uma vez não demonstrado nos autos a conjugação da prova inequívoca e a verossimilhança da alegação com o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, não se pode conceder a antecipação da tutela pretendida, pois esta é medida excepcionalíssima que somente se justifica quando presentes os requisitos legais. 2. RECURSO DESPROVIDO. (TJSC, Agravo de Instrumento n. 2001.002792-0, de São José, rel. Des. Mazoni Ferreira, j. 03-09-2001). (Sem grifo no original)

No que tange especificamente ao *periculum in mora*, não passa despercebida a intenção do legislador contida no inciso I do aludido artigo, qual seja, a existência de "fundado" receio de dano irreparável ou de difícil reparação, ou seja, o receio de dano deve ser objetivamente demonstrado, através de dados seguros, a fim de autorizar o juízo de verossimilhança em torno do risco "concreto" de prejuízo grave, iminente, e, ainda, que possa afetar o direito da parte de modo irreversível.

As celebrações doutrinárias assim o descrevem:

HUMBERTO THEODORO JÚNIOR

É indispensável a ocorrência do risco de dano anormal cuja consumação possa comprometer, substancialmente, a satisfação do direito subjetivo da parte. (Curso de Direito Processual Civil. 20ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1997. 3v, Volumes I e II)



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
GABINETE DO PREFEITO
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

ANTONIO FRANCISCO DE OLIVEIRA

O risco deve ser concreto, objetivamente demonstrado, não hipotético. Deverá ser atual vale dizer que se apresente de imediato no curso do processo. Deverá revestir-se de tal gravidade que poderá prejudicar a parte de forma irreversível. Disso resulta que ainda que haja risco revestido de gravidade, mas não seja iminente, não haverá razão para a antecipação de tutela. (Alterações do CPC; aspectos processuais trabalhistas e civis. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997. 296 p.)

TEORI ALBINO ZAVASCKI

É consequência lógica do princípio da necessidade. (Antecipação da tutela. São Paulo: Saraiva, 1997. 227 p.)

Nobre Julgador, não obstante não tenha o autor sequer mencionado, na extensa peça apresentada, os requisitos ensejadores da medida que pretende alcançar, com o devido acato, não teria, nem que quisesse, como demonstrar, objetiva e solidamente, diante do caso concreto, a presença do *periculum in mora*, nem mesmo para fins cautelares, quanto mais em sede de tutela antecipada, medida excepcionalíssima e indissociável dos pressupostos legais exigidos para a sua concessão, sendo inarredável o indeferimento do pleito.

Ademais, o próprio laudo pericial que embasou as teses do autor, deixa clara, no seu item 3, inclusive destacado na exordial, a descaracterização da planície de Balneário Camboriú e do defendido rio Marambaia, não exigindo maiores conhecimentos sobre o tema, para extrair que tais modificações encontradas pelo *expert*, de substancial grandeza, não se deram "da noite para o dia", levando possivelmente anos para tanto. Confira-se:

A planície atualmente está descaracterizada e o rio Marambaia teve seu curso natural modificado pela



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
GABINETE DO PREFEITO
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

ação antrópica com ações de retificação do leito, aterro de suas margens e canalização de seu leito na porção superior em direção a sua cabeceira.

(...)

Atualmente o rio se encontra parte a céu aberto, próximo à foz, até aproximadamente a rua 1141, daí até a rua 2400 está completamente canalizado aflorando na área de nascente entre as ruas 2400 e 2500. (fls. 59/61 do anexo I)

Não é aceitável, pois, que o autor, após anos ou, quem sabe, décadas, em que, tanto a planície como o questionado rio Marambaia, tiveram, segundo a perícia, suas características naturais suprimidas pela ação antrópica, venha pleitear tutela de urgência no contexto atual dos fatos.

Merecem destaque, ainda, os registros do Parecer Técnico n. 98/2014, igualmente transcritos pelo autor na inicial, os quais não deixam dúvidas quanto à incompatibilidade, no presente caso, da medida de urgência almejada. Confira-se:

De forma comparativa, estão também apresentadas aerofotos de 1995 para o trecho em comento (Rio Marambaia), a partir das quais pode-se observar a inexistência de algumas ocupações naquela época (década de 1990). A interpretação genérica das 6 parcelas geradas no georreferenciamento indicam que existiam porções adjacentes no Rio Marambaia livres de ocupação. Algumas dessas áreas ainda não estavam ocupadas, se comparadas com o voo de 2008, mas durante a vistoria realizada no corrente ano, demonstram sua atual ocupação (Figuras 7 e 8).

Ora, se a perícia elaborada pela assessoria do próprio autor, traz a informação de que as aerofotos de 1995 dão conta da inexistência de algumas ocupações naquela época (década de 1990) e, ainda, de que as "6 parcelas geradas no georreferenciamento indicam que existiam porções adjacentes no Rio Marambaia livres de ocupação" se comparadas com o voo de 2008, pergunta-se:



POR QUE RAZÃO, o instituto do Ministério Público - que, desde a Constituição de 88, ganhou contornos bem definidos quanto às suas funções, visando à tutela dos direitos difusos e coletivos, incluindo aí o meio ambiente - deixou passar mais de duas décadas, ou seja, desde a Constituição de 88, quando poderia, ainda, lançar mão de instrumentos de caráter preventivo, para a proteção do Rio em questão, para, só então, a partir da presente ação (2014), pleitear tutela de **URGÊNCIA**, com vistas a proibir novas ocupações ou intervenções no aludido Rio?

Com a devida vênia, Excelência, aqui, sim, reside a omissão no dever de fiscalizar, que, como dito, data da Constituição Federal de 1988, que, no seu art. 129, transcrito pelo autor no item 2.2, deixa clara a função do Ministério Público relacionada à proteção do meio ambiente.

Entretanto, e, com certeza, a intenção do legislador, ao conferir a este instituto, função de tamanha grandeza, não visionava a sua atuação tardia e de cunho meramente punitivo, e, sim, na efetiva **PREVENÇÃO** de possíveis danos ao meio ambiente, prevenção esta que, no presente caso, há muitos anos, ou décadas, caiu por terra, descaracterizando totalmente qualquer urgência no momento, a justificar a medida antecipatória pleiteada.

Ademais, se é que o autor desconhece, cabe consignar aqui e, desde já, requerer prazo para juntada da respectiva documentação - já que exíguo o concedido para a presente manifestação (72 horas) - que o próprio Ministério Público Federal já firmou Termo de Ajustamento de Conduta, relacionado ao Canal do Marambaia, com a Empresa RM Participações, permitindo edificação às suas margens, e, assim, consolidando a incoerência do pedido formulado no presente intento, em sede de tutela antecipada porquanto, se já permitiu lá, não seria razoável tampouco aceitável proibir aqui.

Não há que perder de vista, ainda, a ineficácia de eventual concessão de tutela antecipada, nos termos requeridos pelo autor, haja vista que, atualmente, grande parte das margens do Canal do Marambaia se encontra densamente ocupada, sendo, portanto, irrelevante que terrenos individualmente considerados não sejam utilizados, ou, ainda, que construções em estágio inicial sejam paralisadas, pois a recuperação da área como de preservação permanente não mais será possível.

Aliás, desde 1965, anteriormente ao Código Florestal, a área central do Município de Balneário Camboriú foi se urbanizando e sua população, construindo edificações ao longo do Canal do Marambaia, consubstanciando o local em área urbana consolidada, não se verificando, atualmente, qualquer forma de vegetação nativa ou natural no seu entorno que o pudesse enquadrar no conceito de área de preservação permanente.

Portanto, se um dia o foi, há muito deixou de ser, e, como já dito anteriormente, sob as vistas do Ministério Público, que, mesmo diante da função de proteção ao meio ambiente, que lhe foi conferida pela Constituição de 88, permitiu que essa situação se instalasse e se consolidasse ao longo do tempo, não se justificando tamanha insurgência no presente momento, a ponto de intentar, na esfera judicial, a aplicação de medidas descabidas e totalmente ineficazes no atual contexto dos fatos.

Registre-se, ainda, que a própria FATMA, já se manifestou (Ofício n. 747 de 5 de setembro de 2005) no sentido de reconhecer que o Canal do Marambaia, atualmente, não se enquadra no conceito de área de preservação permanente, classificando-o como *vala de drenagem de águas pluviais, tendo como referência levantamento em Folhas Topográficas do IBGE, escala 1: 50.000, cartográfica digitalizada, onde não se constitui objeto de parâmetros, definidos em áreas consideradas como de preservação permanente, ao longo córregos, nascentes ou olho d'água, leia-se art. 2º da lei 4.771/65, Código Florestal, alterado pela Lei nº 7.803/89, art. 2º, e Resolução CONAMA nº 303, de 20 de março de 2002, Art. 3º.*, requerendo o Município, desde já, prazo para juntada do referido documento.

Ainda, quanto aos requisitos da prova inequívoca e da verossimilhança das alegações, além de não abordados pelo autor, não se permitem extrair dos argumentos lançados na inicial, nem mesmo da documentação que a acompanha, haja vista a controvérsia em torno da matéria, no que tange à legislação aplicável, entendendo o Município ser, na hipótese, o Plano Diretor, em razão de se tratar de área urbana consolidada, a qual não se enquadra no conceito de APP, o que será abordado na questão de mérito.

Portanto, ante a ausência de fundamentação, sequer de menção pelo autor, acerca dos requisitos da prova inequívoca, verossimilhança das alegações e *periculum in mora*; ante a demonstrada inexistência do requisito do perigo de dano irreparável ou de difícil reparação (*periculum in mora*), bem como da controvérsia acerca da legislação aplicável ao caso, a qual

compromete os requisitos da prova inequívoca e da verossimilhança, todos indispensáveis à concessão da medida; ante a ineficácia, no contexto atual dos fatos, das medidas antecipatórias pleiteadas; e, considerando, ainda, já haver precedente, por parte do Ministério Público Federal, através de TAC, viabilizando a construção, pela Empresa RM Participações, junto ao Canal do Marambaia, inarredável é o indeferimento da tutela de urgência pleiteada pelo autor.

3. DO PERICULUM IN MORA INVERSO

Não bastando as razões expostas no item anterior, as quais demonstram a incoerência e ineficácia da medida antecipatória pretendida pelo autor, verifica-se, em caso de sua eventual concessão, o *periculum in mora* inverso, consubstanciado de um lado, no risco à segurança jurídica na esfera municipal, já que as autorizações e alvarás expedidas pela Municipalidade estão embasadas na lei local (Plano Diretor), sendo, portanto, legais e regulares; e, de outro, na violação do direito de propriedade, do direito à moradia, bem como do direito de construir e dos efeitos desta proibição na seara trabalhista.

Como se sabe, por vezes, a concessão de medida liminar poderá acarretar situação mais gravosa à parte requerida do que a sua não concessão ao requerente, sendo a prudência, de fundamental relevância na análise da questão pelo Julgador, devendo sopesar tanto o dano invocado pelo requerente, caso não concedida a medida, quanto o dano que poderá sofrer o requerido, ou, ainda, terceiros afetados, em caso de sua concessão.

No caso concreto, como já mencionado no item anterior, o autor sequer abordou o assunto, não se desincumbindo de demonstrar objetivamente a presença dos requisitos indispensáveis à concessão da medida antecipatória, razão que, por si só, compromete a apreciação quanto ao dano a ser suportado no caso da sua não concessão.

Contudo, a matéria, amplamente abordada pelo Município no referido item, não deixa dúvidas da sua ineficácia na hipótese, vez que, atualmente, grande parte das margens do Canal do Marambaia se encontra densamente ocupada, sendo irrelevante que terrenos individualmente considerados não sejam utilizados, ou, ainda, que construções em estágio inicial sejam paralisadas, pois a recuperação da área como de preservação permanente não mais se faz possível, não se



vislumbrando, assim, prejuízo substancial, caso não deferida a tutela antecipada nos termos requeridos pelo autor.

Ao contrário, verifica-se prejuízo concreto e iminente, tanto no que diz respeito à segurança jurídica na esfera municipal, quanto no que afeta o direito dos terceiros adquirentes de boa-fé (direito de propriedade e de moradia), e, ainda, no que tange ao direito de construir e de seus reflexos na contratação de mão de obra para tanto.

Com efeito, a segurança jurídica na esfera municipal estaria indubitavelmente comprometida, caso concedida a liminar, haja vista que o Município, entendendo se tratar de área urbana consolidada, aplicou o Plano Diretor, para a concessão de alvarás, que, assim, são regulares e legais.

De outro lado, as construtoras, que obtiveram os referidos alvarás, e, portanto, tinham condições legais para edificar, terão igualmente violado o seu direito de construir (art. 1299 do CC), caso deferida a medida, que afetará, ainda, e, de modo significativo o direito de propriedade e de moradia dos adquirentes dos imóveis sob o jugo da liminar, podendo acarretar-lhes consequências irreversíveis, sem deixar de considerar, os efeitos danosos de eventual paralisação das obras em estágio inicial no que diz respeito à mão de obra contratada para tanto.

Portanto, diante do *periculum in mora* inverso e da vasta extensão do dano ora demonstrados, caso concedida a tutela antecipada nos termos requeridos pelo autor, e, ainda, não se vislumbrando prejuízo concreto e iminente, em caso da sua não concessão, aliada a sua ineficácia na hipótese, prudente se faz o indeferimento do pleito.

3. NO MÉRITO

Sem esgotar a matéria de mérito, a ser aprofundada em momento oportuno, quando da apresentação de defesa, cabíveis, por ora, algumas considerações.

Primeiramente, no que tange à conduta do Município, relativamente às edificações erigidas junto ao Canal do Marambaia, não por acaso, este ente público tem defendido tratar-se o local de área urbana consolidada, e,



portanto, fazendo prevalecer a lei local (Plano Diretor) como regulamento na aludida área.

Assim, não obstante a vasta legislação ambiental invocada pelo autor, para atribuir ao ente público municipal condutas ilegais e responsabilidades daí decorrentes, o Município tem plena convicção de que agiu e continua agindo dentro dos limites legais permitidos, tanto no que diz respeito à aprovação das obras junto ao Canal do Marambaia, quanto no tange à fiscalização quando da execução das referidas obras.

Como já registrado no item 2 da presente peça, desde 1965, anteriormente ao Código Florestal, a área central do Município de Balneário Camboriú foi se urbanizando e sua população, construindo edificações ao longo do Canal do Marambaia, consubstanciando o local em área urbana consolidada, nos exatos termos definidos no art. 2º, inc. XIII da Resolução CONAMA n. 303/2002.

Relevante destacar, ainda, que, no local em pauta, não se verifica, atualmente, qualquer forma de vegetação nativa, natural ou em processo de regeneração, bem como nascente, fonte ou olho d'água, não sendo, ainda, mantenedora de qualquer ecossistema ativo, e, portanto, estando totalmente descaracterizada do ponto de vista ambiental.

Assim, conquanto defenda o autor a tese de que se trata de área de preservação permanente, a realidade caminha em sentido oposto, ou seja, não remanesce, no referido local, qualquer indicativo, a conduzir ao enquadramento almejado pelo autor, nos termos definidos no Código Florestal como área de preservação permanente.

Conforme destacado pelo próprio autor, aliás, verifica-se que, desde 1995, as construções foram se desenvolvendo às margens do Canal do Marambaia, sendo que, atualmente, a área encontra-se praticamente toda ocupada por construções, consubstanciando-se em área urbana consolidada.

A própria FATMA, como já mencionado no item 2 da presente manifestação, já se manifestou, no sentido de reconhecer que o Canal do Marambaia, atualmente, não se enquadra no conceito de área de preservação permanente, classificando-o como uma *vala de drenagem de águas pluviais*, o que registrou no Ofício n. 747 de 5 de setembro de 2005, o qual se acostará oportunamente.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
GABINETE DO PREFEITO
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Registre-se que tal situação não ocorreu somente no Município de Balneário Camboriú, mas em muitas outras cidades catarinenses, o que levou o Tribunal de Justiça Catarinense, com base no princípio da razoabilidade, ao prudente entendimento de que, em se tratando de área urbana consolidada, deve a legislação municipal prevalecer sobre a federal. Confira-se:

TJSC

APELAÇÕES EM MANDADO DE SEGURANÇA. IMÓVEL INSERIDO EM **ÁREA URBANA CONSOLIDADA. APLICAÇÃO DE LEI LOCAL. CABIMENTO. INCIDÊNCIA DO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. SENTENÇA MANTIDA.** RECURSOS DESPROVIDOS. "Considerado o conflito reinante da legislação federal com a estadual e a municipal acerca das faixas não edificáveis em áreas de preservação permanente ao longo dos cursos d'água situados em região urbana, deve-se interpretar com base nos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade para que a edificação, além de preservar razoavelmente o meio ambiente, seja adequada a uma boa ordenação da cidade e cumpra a função social da propriedade sob o pálio do desenvolvimento sustentável, da precaução e da cautela, em atenção a cada caso concreto" (TJSC - Apelação Cível em Mandado de Segurança n. 2013.047389-4, de Joinville, rel. Des. Jaime Ramos, j. em 7.11.2013), razão por que é de ser mantida, in casu, a sentença determinativa da observância do édito local. (TJSC, Apelação Cível em Mandado de Segurança n. 2013.047203-6, de Joinville, rel. Des. João Henrique Blasi, j. 04-02-2014). (Grifo nosso)

APELAÇÃO CÍVEL EM MANDADO DE SEGURANÇA. ALVARÁ PARA COMPLEMENTAÇÃO DE CONSTRUÇÃO. REGIÃO DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
GABINETE DO PREFEITO
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

ÁREA URBANA CONSOLIDADA. TOPOGRAFIA E CARACTERÍSTICAS QUE FAVORECERAM A COLONIZAÇÃO A PARTIR DAS MARGENS DOS RIOS. CASO EM QUE A LEGISLAÇÃO MUNICIPAL DEVE PREVALECER SOBRE A FEDERAL. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. RECURSO PROVIDO.
Em se tratando de área urbana consolidada, sem quebra da ordem jurídica, pode o Município, no que couber, completar normas gerais e tornar-se um elo de ligação entre a norma e a realidade da sociedade. (TJSC, Apelação Cível em Mandado de Segurança n. 2007.064564-7, de Rio do Sul, rel. Des. Ricardo Roesler, j. 16-06-2009). (Grifo nosso)

AGRAVO DE INSTRUMENTO - ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO - NEGATIVA DA ADMINISTRAÇÃO, AO ARGUMENTO DE QUE A OBRA NÃO RESPEITA OS AFASTAMENTOS EXIGIDOS PELA LEGISLAÇÃO CORRELATA - IMÓVEL INSERIDO EM ÁREA URBANA CONSOLIDADA - EXIGÊNCIAS POR ORA AFASTADAS - SOBRELEVAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE - DECISÃO MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO. "Considerada a antinomia reinante da legislação federal com a estadual e a municipal acerca das faixas não edificáveis em áreas de preservação permanente ao longo dos cursos d'água situados em região urbana, deve-se interpretar com base nos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade para que a edificação, além de preservar razoavelmente o meio ambiente, seja adequada a uma boa ordenação da cidade e cumpra a função social da propriedade sob o pálio do desenvolvimento sustentável, da precaução e da cautela." (AI 573968 SC 2010.057396-8, rel. Sergio Roberto Baasch Luz, em 17/05/2011, Primeira Câmara de Direito Público)



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
GABINETE DO PREFEITO
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Como se vê, o posicionamento do Município de Balneário Camboriú, no sentido de eleger o Plano Diretor como legislação aplicável ao caso, tanto para fins de expedição de alvarás de construção quanto para fins de fiscalização da execução dos projetos aprovados, não apenas encontra respaldo na lei (art. 2º, Parágrafo Único da Lei n. 4.771/65) como, também, no entendimento do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, que viu no princípio da razoabilidade a solução mais adequada e menos danosa para casos similares aos autos.

Ao revés, o autor, que embasa o presente intento no radicalismo despropositado e extemporâneo, tentando, ao que parece, remendar a omissão de outrora do próprio instituto ao qual integra, e, assim, cegando-se a tantos outros caminhos muito mais justos e apropriados para a solução da situação que se apresenta.

4. REQUERIMENTOS

Por todas as razões expostas nos itens 1 e 2 da presente peça, bem como pelas breves considerações de mérito, a serem aprofundadas em momento oportuno, quando da apresentação de defesa, o Município REQUER a denegação do pedido formulado pelo autor, em sede de tutela antecipada.

Termos em que pede deferimento.

Balneário Camboriú, 20 de junho de 2014.

Sandra Regina Hering Casas
Procuradora do Município
OAB/SC 23702
Matric. 21703